

**TERCEIRA REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DAS REPÚBLICAS AMERICANAS**

Diretora

Walkiria Zambrzycki Dutra

Diretoras-Assistentes

Ana Luiza Duarte

Fernanda Campos

Rio de Janeiro,

1942

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros Ministros das Relações Exteriores,

É com grande prazer que saudamos todos os senhores o 9º Mini-Onu. Esperamos que todos os senhores aproveitem bastante o modelo e tenham uma ótima experiência de simulação da histórica “Terceira Reunião dos países latino-americanos”. Nossa reunião faz parte de uma série de conferências que visam a integração regional da América Latina.

Meu nome é Walkiria Zambrzycki Dutra e serei a diretora deste comitê. Sou aluna de Relações Internacionais na PUC-Minas e estarei cursando o sexto período quando da simulação. Este é o meu nono modelo e terceiro Mini-Onu. Minha primeira participação no Mini-Onu foi em 2006 como voluntária de comitê.

Meu nome é Ana Luiza Duarte, estou cursando atualmente o 4º período de Relações Internacionais, e meu interesse por modelos vem desde o Ensino Médio. Sempre estive envolvida em simulações, dentre as quais já participei de três MINI-ONU como delegada secundarista. Ano passado tive a oportunidade de participar pela primeira vez da MINI-ONU como voluntária administrativa de *Marketing*.

Meu nome é Fernanda Campos de Oliveira Cordeiro, estou cursando o quarto período de Relações Internacional na PUC Minas. Já participei duas vezes como delegada do MINI ONU, e em 2007 fui voluntária acadêmica da Liga das Nações. É com grande prazer que serei esse ano Diretora Assistente desse comitê.

A Segunda Guerra Mundial mudou a dinâmica mundial. Este guia, bem como o comitê é histórico. Nos dias de simulação, entraremos no cenário da Segunda Guerra a partir do dia 15 de janeiro de 1942 no Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro. Portanto, esqueçam tudo o que os senhores sabem após janeiro de 1942! Esperamos que os senhores estudem bastante sobre o tema, focando principalmente na política externa dos seus países. Nos vemos no Rio!

Walkiria Zambrzycki Dutra
Secretária-Geral da Terceira Reunião

Ana Luiza Duarte
Assistente do Secretariado

Fernanda Campos
Assistente do Secretariado

SUMÁRIO

1 HISTÓRICO INTERNACIONAL	3
1.1 A Europa e a Segunda Guerra Mundial.....	3
1.1.1 <i>Causas e Antecedentes</i>	<i>3</i>
1.1.2 <i>O início da Ofensiva Militar.....</i>	<i>5</i>
1.2 O Ataque a Pearl Harbor.....	5
1.3 A Política Externa norte-americana para a América Latina.....	6
1.3.1 <i>Acordos Militares.....</i>	<i>8</i>
2 A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 30.....	10
2.1 Os Conflitos.....	11
2.1.1 <i>A questão de Leticia (1932-1934).....</i>	<i>11</i>
2.1.2 <i>A Guerra do Chaco (1932-1935).....</i>	<i>11</i>
2.1.3 <i>O Conflito de Marañón (1940-1941).....</i>	<i>12</i>
2.2 O Pan-Americanismo.....	13
2.3 O pan-americanismo na Segunda Guerra Mundial	16
2.2.5 <i>A Segunda Reunião de Consulta</i>	<i>16</i>
3 A TERCEIRA REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES	18
4 POSIÇÃO DOS PAÍSES	20
4.1 <i>Argentina.....</i>	<i>20</i>
4.2 <i>Bolívia.....</i>	<i>20</i>
4.3 <i>Brasil</i>	<i>21</i>
4.4 <i>Chile</i>	<i>22</i>
4.5 <i>Colômbia.....</i>	<i>23</i>
4.6 <i>Costa Rica.....</i>	<i>23</i>
4.7 <i>Cuba.....</i>	<i>24</i>
4.8 <i>El Salvador.....</i>	<i>24</i>
4.9 <i>Equador.....</i>	<i>24</i>
4.10 <i>Estados Unidos</i>	<i>25</i>
4.11 <i>Guatemala.....</i>	<i>26</i>
4.12 <i>Haiti e Honduras.....</i>	<i>26</i>
4.13 <i>México</i>	<i>26</i>
4.14 <i>Nicarágua.....</i>	<i>27</i>
4.15 <i>Panamá.....</i>	<i>27</i>
4.16 <i>Paraguai.....</i>	<i>28</i>
4.17 <i>Peru.....</i>	<i>28</i>
4.18 <i>República Dominicana.....</i>	<i>29</i>
4.19 <i>Uruguai.....</i>	<i>29</i>
4.20 <i>Venezuela</i>	<i>29</i>
BIBLIOGRAFIA.....	31

1 HISTÓRICO INTERNACIONAL

O presente capítulo tem como objetivo caracterizar os principais eventos internacionais que influenciaram os países da América Latina a convocarem a Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores. Iniciamos nossa análise com a Segunda Guerra Mundial, seguido do ataque a Pearl Harbour. Por fim, caracterizaremos a política externa dos Estados Unidos para a América Latina do governo Roosevelt.

1.1 A Europa e a Segunda Guerra Mundial

1.1.1 Causas e Antecedentes

O fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, determinou um reordenamento na distribuição de forças no continente europeu e no mundo. Com a vitória da Tríplice Entente sob a Tríplice Aliança, foi realizada em janeiro de 1919 a Conferência de Paris, com o objetivo de definir as condições de paz com a Alemanha, que foi tida como a principal derrotada. A Conferência foi marcada por um caráter fortemente antigermânico, uma vez que contava apenas com a participação dos países vencedores.

O término da Conferência se deu com a assinatura do Tratado de Versalhes, em junho deste mesmo ano, que impôs duras condições à Alemanha, envolvendo custos econômicos, militares e territoriais. Desse modo, a Alemanha foi profundamente afetada, perdendo grande parte do seu poder no cenário internacional. Isso causou um sentimento de revolta nacional entre os alemães que foi acentuado durante todos os anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra: a Alemanha foi submetida à humilhação derivada das condições impostas pelos vencedores. De maneira mais sutil, a Itália também sofreu as conseqüências da derrota em 1919.

Nesse contexto, o fato destes dois países estarem isolados no cenário internacional e de se encontrarem em um profundo estado de recessão culminou em profundas transformações internas. O amadurecimento de forças políticas entre o fim da Primeira Guerra e o ano de 1933 criou as condições para o surgimento do fascismo e do nazismo, regimes de caráter extremamente autoritário e nacionalista. Esses regimes baseavam-se em uma retórica de reafirmação da identidade nacional e de uma necessidade de consolidação do poder no cenário internacional. A reivindicação por um “espaço vital” por parte do governo nazista, paralelamente ao crescimento do poder de países como os Estados Unidos e a União Soviética, estimularam a competição entre as grandes potências, ameaçando o equilíbrio consolidado após a Primeira Guerra.

Em 30 de setembro de 1938, reuniram-se em Munique o *Führer* da Alemanha Adolf Hitler, o *Duce* da Itália Benito Mussolini, e os primeiros-ministros da França e da Inglaterra, para firmar as decisões da chamada Conferência de Munique, que davam à Alemanha o direito de anexação da região dos Sudetos, parte da Tchecoslováquia. Várias anexações de partes da região se sucederam, e, por fim, a Tchecoslováquia praticamente deixou de existir. O total esgotamento se deu em 15 de março de 1939, com a submissão de duas regiões, a Boêmia e a Morávia, ao protetorado alemão, com a proclamação da independência da Eslováquia. Conflitos também ocorreram no Oriente, com a invasão da província chinesa da Manchúria e uma posterior tentativa de domínio do território chinês pelo Japão. Os três países agressores firmaram várias alianças, estabelecendo, posteriormente, a criação do Eixo Roma-Berlim-Tóquio.

Após a liquidação total da Tchecoslováquia, França e Inglaterra enrijeceram-se diante das políticas nazi-fascistas. Nesse sentido, Alemanha e Itália passaram a ser vistas como uma ameaça, devido às suas atitudes agressivas e, muitas vezes, irracionais. Essa ameaça é mais uma vez acentuada no momento em que a Alemanha passa a reivindicar a reincorporação do corredor de Dantzing, que foi incorporado pela Polônia após o Tratado de Versalhes e que dava a esse país acesso ao mar. Em 1º de Setembro de 1939, o exército alemão invadiu a Polônia a fim de tomar essa região, o que motivou os ingleses a atacarem a Alemanha. A França também participou do ataque, do lado dos ingleses. A Itália só veio a se manifestar no ano seguinte, como parte do Eixo.

1.1.2 O início da Ofensiva Militar

A partir do momento em que a Alemanha se recusa a retirar suas tropas da Polônia, a Guerra é declarada. A partir de uma nova tática de guerra, caracterizada pelo uso de novas tecnologias militares e pela idéia de “Guerra Relâmpago”, a Polônia Ocidental foi rapidamente incorporada pelos alemães. Várias ocupações por parte da Alemanha se sucederam a partir daí, com invasões à Dinamarca, Noruega, Bélgica e Holanda, com o objetivo de atingir a França. Em setembro de 1940, Hitler bombardeia também a Inglaterra. No dia 10 de junho, a Itália de Mussolini declara guerra à França e à Inglaterra, a partir de um interesse por territórios coloniais franceses.

Em junho de 1940, é assinado um armistício entre França e Alemanha, com a condição de uma rendição incondicional por parte dos franceses. O governo inglês resiste ao armistício, tentando bloquear os alemães e os italianos pelo mar. Berlim reage com a guerra submarina e aérea. Em socorro à Inglaterra, os Estados Unidos passam a enviar ajuda. Em 1941, a União Soviética entra na Guerra, após uma invasão alemã. Os Estados Unidos passam a fornecer ajuda aos soviéticos. Paralelamente, os japoneses começam a ser vistos como uma ameaça aos Estados Unidos, que passam a exigir a evacuação, por parte de Tóquio, dos territórios chineses.

1.2 O Ataque a Pearl Harbor

A política norte-americana, desde o século XIX, sempre se caracterizou por um caráter expansionista no cenário mundial. A expansão da influencia estadunidense em áreas menos disputadas pelo capitalismo imperialista sempre o mantiveram distante dos interesses das grandes potências imperialistas européias. Além do que, pelo fato de possuir um mercado interno que pode ser considerado como sendo a base de sua prosperidade, os Estados Unidos conservaram, até o início da Segunda Guerra, uma postura isolacionista.

Apesar da declaração de neutralidade, em 1939, os Estados Unidos sempre tiveram fortes vínculos com a Inglaterra. Além disso, assumiram uma postura de represália às atitudes nazi-fascistas. Em 1940, o país passa a fornecer armas e suprimentos à Inglaterra. A produção bélica norte-americana ganha maiores dimensões, e o país passa a fortalecer o seu próprio arsenal bélico.

Nesse período, com a aproximação política, militar e econômica da Inglaterra, os Estados Unidos passaram a participar mais da guerra, mesmo que indiretamente. As exigências, por parte de Washington, de que o Japão retirasse suas tropas da China e interrompesse suas políticas expansionistas, incomodaram o governo japonês. Com isso, o governo japonês se mostrou favorável às ambições alemãs, o que o levou a firmar uma aliança política, econômica e militar com Alemanha e Itália.

Em 7 de dezembro de 1941, o Japão enviou, inesperadamente, um arrasador ataque aéreo às bases onde se encontravam grande parte das frotas norte-americanas de guerra - Pearl Harbor, no Havaí. O ataque consistiu em duas bombas detonadas por aviões japoneses. Nesse contexto, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos em 11 de dezembro.

Os danos norte-americanos foram pesados, mas não irreparáveis. A importância do ataque foi muito mais política do que militar ou econômica. A grande questão em jogo foi o fato dos japoneses terem provocado Roosevelt – o presidente norte-americano – a decidir participar ou não do conflito.

1.3 A Política Externa norte-americana para a América Latina

Os conflitos na Europa levam os Estados Unidos a mudarem a sua percepção a respeito da importância da América Latina. Essa percepção estratégica muda a partir da Segunda Guerra Mundial. Em 1940, o presidente Roosevelt cria um “órgão especial para cuidar dos assuntos econômicos e culturais interamericanos, com o objetivo de contrabalançar a influência alemã” (MOURA, 1993, p. 5).

Os Estados Unidos visavam diminuir a influência dos países do eixo pelo mundo, o que levou os Estados Unidos a adotarem uma política mais “solidária” com os países da América Latina. Ainda, os Estados Unidos viam na América Latina um grande aliado para as suas ações:

Para entrar no conflito mundial, os Estados Unidos tinham necessidade do apoio dos países latino-americanos sob os seguintes aspectos: necessidade de matéria-prima industrial estratégica, como a borracha, ferro, manganês, cristais de quartzo; bases terrestres e navais para suas operações militares em todo o hemisfério; apoio político internacional aos seus interesses; controle de atividades de agentes partidários do nazifascismo no continente. (RODRIGUES, 2008, p.7)

As principais estratégias perseguidas pelos Estados Unidos para a cooperação com a América Latina foram a política da “boa vizinhança” e o pan-americanismo. Em relação à política da “boa vizinhança”, ela visava nesse período, segundo Rodrigues (2008) uma maior aproximação com os países da América Latina, principalmente em relação a acordos militares que preservasse o território dos Estados Unidos, Caribe, Alasca, o nordeste brasileiro e as Ilhas Galápagos:

Diante dessa política de defesa continental, o governo norte-americano necessita de mais bases militares nos países chaves, que são ajustadas a partir de tratados bilaterais especiais com esses países. Informalmente, os chefes da defesa dos Estados Unidos preparam planos unilaterais de ocupação daqueles países, caso as propostas diplomáticas falhem ou haja grandes interesses americanos na manutenção da paz interna continental (RODRIGUES, 2008, p. 3)

O pan-americanismo, com relação à Segunda Guerra Mundial, envolve particularmente três Conferências: a I Reunião dos Chanceleres Americanos em 1939 no Panamá, a II Reunião dos Chanceleres Americanos em 1940 em Cuba e a III Reunião dos Chanceleres Americanos em 1942 no Rio de Janeiro.¹

A aproximação americana e o pan-americanismo podem ser observados de forma mais efetiva logo após o ataque japonês feito a Pearl Harbour em 1941 na declaração feita pelos EUA e emitida para todos os países das Américas:

Consequentemente, as repúblicas americanas anunciam que devido à solidariedade mútua e para o propósito de preservação e proteção da liberdade e integridade das 21 Repúblicas das Américas, as relações, sejam elas políticas, comerciais e financeiras, não podem ser mais mantidas entre nenhuma delas e a Alemanha, Itália e Japão, e assim como declaram o maior respeito às suas respectivas soberanias, as Repúblicas irão, individualmente ou coletivamente, empreender esforços para defender o Novo Mundo em quaisquer instâncias desejáveis e praticáveis. (FRANCIS, 1974, p.8, tradução nossa)²

¹ Este tópico será tratado com maior detalhes no próximo capítulo.

² Consequently, the [the American Republics] announce that by reason of their solidarity and for the purpose of protecting and preserving the freedom and integrity of the twenty-one Republics of the Americas, relations, whether political, commercial or financial, can no longer be maintained by any of them with Germany, Italy and, Japan, and they likewise declare that with full respect for their respective sovereignty, they will individually or collectively take such further steps for the defense of the New World as may in each instance seem to them desirable and practicable.

Tal declaração foi feita pelo governo norte-americano semanas antes da III Reunião dos Chanceleres Americanos e tinha como objetivo claro fomentar a cooperação entre os países americanos, como também já apresentar algumas diretrizes para a reunião que sucederia.

1.3.1 Acordos Militares

A Segunda Guerra Mundial tem sido um catalisador para as relações entre Brasil e Estados Unidos, assim como para o avanço da indústria brasileira. Segundo John Wolf (2001),

Uma vez que as diferenças ideológicas foram superadas através de uma diplomacia sólida, um relacionamento baseado em necessidades mútuas levou as potências aliadas à vitória, e a política e indústria brasileira ao século vinte e um. (tradução nossa)³

Os Estados Unidos tinham interesse em apoiar o Brasil como um aliado importante na América do Sul a fim de impedir que a Alemanha projetasse seu poder, em relação à bases marítimas e aéreas, nessa região.

Ainda, a Segunda Guerra Mundial impactou a política externa norte-americana para a América Latina à medida que aqueles percebem: a importância atribuída pelos países do Eixo à América Latina; o fato de uma parte considerável da população latina ter grandes laços culturais e econômicos com a origem germânica; a influência militar da Alemanha no treinamento de tropas de países da América Latina e o alto fluxo de matéria-prima que era exportada para a Alemanha (MOURA, 1993).

Em relação à questão militar, a base de treinamento e fornecimento de armas para muitos dos países da América Latina vinha de países europeus, principalmente da Grã-Bretanha e da Alemanha (TOMASEK, 1959). O que se observa também em relação à América Latina e o suprimento militar é uma disputa entre a prática do comércio exterior entre os Estados Unidos e a Alemanha visando o mercado

³ The Second World War was a catalyst for Brazilian-American relations, as well as a building block for Brazilian industry. Once ideological differences were worked out through solid diplomacy, a relationship based out of mutual need brought the Allied powers to victory and Brazilian politics and industry into the twentieth century.

consumidor da América. Ainda, tem a participação do Reino Unido, a soberana no abastecimento militar do mundo até então.

Na América Latina, o Brasil se destacou no contexto de cooperação com os Estados Unidos, dada a importância do Brasil no cenário da América do Sul e dada a localização geográfica do Brasil. Entretanto, o regime ideológico de Getúlio Vargas não era bem visto pelo governo norte-americano, dada a influência fascista do governo Vargas.

Os primeiros acordos militares bem sucedidos estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos acontecem em 1936.⁴ Entretanto, muito ainda deve ser feito para que os interesses de ambos os Estados sejam atendidos.

⁴ Desde essa data são estabelecidos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos visando o treinamento das tropas militares brasileiras. Ainda, os militares brasileiros recebiam treinamento do exército norte-americano nos Estados Unidos.

2 A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 30

O presente capítulo tem como objetivo fazer um parâmetro geral da América Latina na década de 30. São inúmeras as características, interesses e dinâmicas existentes tanto da relação entre os Estados americanos quanto dos Estados externos a ela.

Apesar de a América Latina não estar envolvida diretamente no conflito, era de interesse alemão o apoio de países da América Latina tal como o Brasil, a Argentina e o Chile:

[a espionagem alemã] Funcionava muito bem [no Brasil], pois não encontrava nenhuma espécie de obstáculo. Contava com a tolerância máxima dos órgãos oficiais, ou pela incompetência, ou pela germanofilia de muitos oficiais e membros do governo. O fato é que os espões agiam com grande desenvoltura, algo que levava os americanos e os ingleses ao desespero. O próprio Getúlio Vargas flertou com o nazismo, a ponto de ter mantido encontros secretos com o embaixador alemão às escondidas de seu ministro das relações exteriores, Oswaldo Aranha, que também era seu melhor amigo. (CORRÊA DA COSTA, 2007)

Podemos ainda citar o México como um país importante para o sistema econômico internacional, dadas as suas reservas petrolíferas. Esse recurso leva ao desenvolvimento de um forte mercado financeiro, que contava com investimentos diretos da Alemanha, Itália e Japão. Os investimentos visam principalmente as indústrias petrolíferas tanto nacionais como internacionais, o que acaba fomentando a economia mexicana.

De acordo com Corrêa Da Costa (2007), o real objetivo da Alemanha "(...) era a incorporação pura e simples à Alemanha de todos os territórios onde houvesse minoria alemã". Portanto, a América Latina fazia parte da área de abrangência dos países em guerra na Europa.

Ainda, muitos países tinham um grande número de imigrantes alemães, o que indicava uma certa proximidade cultural com o país europeu. Esses países são, segundo Langley (1967): Brasil, Argentina, Guatemala e Colômbia.

Este capítulo dá ênfase nas questões que são importantes para entender e delinear as discussões na Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Américas: os conflitos inter-americanos da década de 30 e findados recentemente; e o pan-americanismo.

2.1 Os Conflitos

2.1.1 *A questão de Leticia (1932-1934)*

Peru e a Colômbia disputaram a região de Letícia, localizada próximo ao rio Amazonas e de posse colombiana: “o símbolo da pretensão da Colômbia de ser um ‘poder amazônico’” (WOOD, 1970, p. 43, tradução nossa)⁵ o Peru invadiu a região mas, devido à mudança de presidente, as forças peruanas não foram capazes de sustentar o conflito, e um acordo de paz foi estabelecido entre as partes. A única batalha militar, conhecida como Batalha de Tarapacá, teve vitória colombiana.

A resolução do conflito contou com a Liga das Nações e os países da América Latina

2.1.2 *A Guerra do Chaco (1932-1935)*

A guerra do Chaco envolve o Paraguai e a Bolívia. O conflito envolve a região fronteiriça do Chaco, que desde a independência dos dois países, no século XIX permanece sem delimitação acordada entre os dois Estados.⁶ O conflito armado ocorre em 1932, sendo considerado o conflito mais sangrento da América Latina no século XX até então. Segundo Hughes (2005), a Bolívia perdeu 2% de seus homens e o Paraguai 3,5%.

Segundo o mesmo autor, o objetivo da Bolívia era estender sua fronteira até o rio Paraguai, de forma a garantir uma saída para o mar. Entretanto, essa estratégia não foi acordada pelo governo paraguaio, que acabou levando ao conflito entre os

⁵ Colombia's symbol of pretension to be an 'Amazon power'

⁶ A região está localizada ao norte do Paraguai e sul da Bolívia.

dois exércitos. Houve treinamento militar de ambos os exércitos por parte de alemães e ingleses.

O conflito militar só ocorreu em 1932, dada a ausência do desenvolvimento da indústria militar em ambos os países e a conseqüente importação de armamento pesado por países europeus e dos Estados Unidos.

Além da questão territorial, muitos autores atribuem outros fatores que poderiam ter causado a guerra. Hughes (2005) caracteriza a participação de indústrias petrolíferas americanas e alemãs como patrocinadoras do conflito, dada a potencialidade da região como produtora de petróleo.

A vitória do Paraguai é atribuída, segundo Hughes (1974), dada a superioridade militar, a administração política e uma posição terrestre mais bem localizada. A Bolívia, por outro lado, apresentava uma ineficiência na administração política interna, o isolamento internacional e a falta de motivação do exército boliviano. Ainda, a Argentina e o Chile bloqueavam o caminho para o recebimento das armas na Bolívia; a Argentina fechou as fronteiras com a Bolívia em 1933. Tal ponto foi crucial para minar a efetividade dos ganhos militares bolivianos. A saída encontrada foi o recebimento das importações pelo Brasil que, apesar de ter colaborado com a Bolívia, o porto era muito longe, e não conseguia chegar exatamente na região do Chaco do lado boliviano.

O conflito acabou com a vitória do Paraguai, e o acordo de paz firmado em Buenos Aires, em 1938. A Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos e Uruguai como mediador do conflito, que foi resolvido ao se estabelecer a delimitação territorial final da província do Chaco.

2.1.3 O Conflito de Marañón (1940-1941)

O último conflito a ser analisado envolveu o Peru e o Equador. O conflito também é de origem territorial, dessa vez envolvendo a região dos Andes. Segundo Wood (1970), a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos já haviam advertido a possibilidade de um conflito na região. O Peru, confiante da sua superioridade militar sobre o Equador, negligenciou os pedidos e invadiu o Equador pela província de Loja, no sudeste do Equador.

O Peru ainda permanece com suas tropas em território equatoriano.

2.2 O Pan-Americanismo

A idéia do pan-americanismo data do século XIX a partir da percepção dos Estados da América Latina em estabelecerem políticas comuns nas questões políticas, econômicas e militares.⁷ A primeira conferência pan-americana foi realizada em 1826 no Panamá e a União Pan-Americana foi criada em 1890. Entretanto, segundo Rowe (1942), foi somente na Conferência de Buenos Aires em 1936 que medidas mais efetivas foram tomadas em relação ao Pan-americanismo.

Em relação à prática dessa política pelos Estados latino-americanos, desde a década de 1930 a diplomacia brasileira passa por transformações que a fazem mais eficiente e mais apta a atender as exigências que lhe são feitas e a defender os interesses nacionais. Em 1930, o prestígio do chanceler brasileiro Afrânio de Melo como reconciliador das relações entre os países da América Latina estava em alta, como pode ser percebido em sua atuação no processo de restabelecimento das relações entre Venezuela e México. Nesse contexto, a diplomacia brasileira foi convidada a participar de inúmeros processos de negociação em conflitos regionais.

Entretanto, era claro o interesse entre os países menores – Uruguai, Paraguai e Bolívia – em incitar rivalidades entre Brasil e Argentina, uma vez que poderiam lucrar politicamente nesses atritos, fazendo um dos lados inclinar para a balança de seus interesses. Ou seja, ao passo que as duas grandes potências do sul buscavam atingir a paz regional, os países menores visavam “exportar” os seus conflitos para estas, a partir de um desejo de intervenção a favor da tese nacional.

Contrariando essa diplomacia de intriga fomentada pelos pequenos países, a atuação conjunta entre Brasil e Argentina na mediação de conflitos como a Guerra do Chaco e a questão de Letícia criou o ambiente propício para o estreitamento das relações políticas e econômicas e a minimização dos conflitos de interesses entre esses países e entre os países da América do Sul como um todo. O Brasil, no

⁷ Mais características e princípios sobre o pan-americanismo pode ser visto em: CASTANEDA, Jorge. **Pan Americanism and Regionalism: A Mexican View.** In: *International Organization*, vol. 10, n. 3, agosto 1956.

cenário internacional, passou a ser visto como líder ativo pan-americano, a partir de uma imagem de país conciliador da América Latina.

Em 1933, o presidente argentino Augustín P. Justo visitou o Rio de Janeiro, a fim de consolidar a boa relação entre Brasil e Argentina. Nessa ocasião, firmou-se o Tratado Antibélico de Não-Agressão e Conciliação, que é reconhecido como demonstração do ativismo pan-americano dos governos brasileiro e argentino. A esse tratado aderiram, além de Brasil e Argentina, Chile, México, Paraguai e Uruguai.

O objetivo do Tratado era basicamente garantir a paz no subcontinente americano. Nesse sentido, todas as disputas seriam submetidas a comissões de conciliação específicas, feitas necessariamente para a resolução destes conflitos. Além do que, 18 meses deveriam se passar até que as partes envolvidas nas disputas pudessem resgatar sua liberdade de ação.

A assinatura do Tratado legitimou a ordem regional, que foi sistematicamente desafiada pelos pequenos conflitos que aconteciam desde o início do século XX. A ameaça de uma “corrida armamentista” no Cone Sul foi amenizada, a partir de um ideal de interseção dos assuntos regionais, o que diminuiria a incerteza presente nas relações entre os países Latinos.

Ao Tratado Antibélico de Não-Agressão e Conciliação, se seguiram diversos tratados comerciais firmados entre os países da América Latina, com o intuito de abrir o mercado e estimular o comércio regional. A iniciativa brasileira e argentina foram elogiadas por promoverem uma aproximação entre os países latino-americanos.

Dando continuidade a essa política de alinhamento, e com o objetivo de promover a imagem do Brasil como líder pan-americano, o Itamaraty determinou uma estratégia que fundia a necessidade de integração do Cone Sul e de cooperação com os Estados Unidos. Essa diplomacia pode ser entendida como resposta brasileira à política de boa vizinhança norte-americana, ampliando sua atuação por todo o continente. Desse modo, o governo brasileiro visava o estreitamento das relações entre os países do Cone Sul e entre estes e os Estados Unidos, a partir de um ideal de colaboração e alinhamento continental.

Em 1935, Vargas visitou Montevideú e Buenos Aires, retribuindo a visita argentina de 1933. O pretexto para essa ida foi a inauguração da Conferência de Paz sobre a Guerra do Chaco. À visita brasileira se sucedeu a ida do presidente

norte-americano Roosevelt, em 1936, para a inauguração da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires. Vários tratados, convenções e resoluções foram assinados nessa Conferência, completando o ciclo de tratados interamericanos assinados no pré-Segunda Guerra.

Da Conferência participaram todas as Repúblicas Americanas, totalizando 21 países. Os principais itens na Agenda foram: a questão da segurança continental em eventual caso de guerra na Europa e o princípio da não-intervenção, e os principais resultados obtidos foram a Declaração dos Princípios da Solidariedade e Cooperação Interamericanos e um protocolo adicional relativo à não-intervenção.

Os princípios da Conferência consistiam basicamente em garantir que os meios diplomáticos sejam sempre utilizados em primeira instância (caso contrário, as controvérsias deverão ser submetidas às comissões de reconciliação), condenar o uso da guerra nas relações entre os países Americanos, oferecer bons ofícios e mediar a execução das obrigações existentes para uma solução pacífica bem como as suas deliberações, quando surgir uma divergência que atinja seu comum interesse de manter a paz, dentre outras questões.

Em suma, a contribuição das Conferências de Buenos Aires e Lima foram:

1. Tornar as Repúblicas do continente americano responsáveis pela manutenção da paz interna do hemisfério;
2. tornar os princípios da Doutrina Monroe continental em escopo, apoiada por todas as repúblicas desse hemisfério;
3. tornar qualquer ameaça vinda de fora a qualquer uma das repúblicas desse continente uma questão de preocupação a todas, levando a uma ação em conjunto. (ROWE, 1942, p. 75, tradução nossa)⁸

Temos inúmeras Conferências, Reuniões, Acordos e Tratados que demonstram o comprometimento dos Estados da América Latina em relação ao estabelecimento de práticas coletivas para a realização dos interesses dos Estados da América Latina. Daremos ênfase às reuniões de consulta ocorridas na Segunda Guerra Mundial, precursoras da Reunião do Rio de Janeiro: a Reunião do Panamá em 1939 e a de Havana em 1940.⁹

⁸ 1. to make the republics of the American continent responsible for the maintenance of the internal peace of this hemisphere; 2. to make the principles of the Monroe Doctrine continental in scope, supported by all the republics of this hemisphere; 3. to make any menace from without to any one of the republics of this continent a matter of concern to all, giving rise to immediate concerted action.

⁹ As reuniões de consulta tinham como objetivo, Segundo Rowe (1942), resolver questões emergenciais.

2.3 O pan-americanismo na Segunda Guerra Mundial

2.2.4 A Primeira Reunião de Consulta

Com o início das hostilidades na Europa, em 1939, percebeu-se que a situação poderia afetar a paz na América. No sentido de preservar o ideal de estabilidade entre os países americanos, foi realizada no Panamá a Primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, obedecendo às deliberações adotadas na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz. Desta reunião participaram os mesmos países que irão compor mais tarde a Terceira Reunião: todas as repúblicas da América Latina mais os Estados Unidos.

A realização da Primeira Reunião baseava-se basicamente na formulação de uma política comum para os países da América Latina. No momento inicial da Segunda Guerra, era de interesse de todos os Estados da América Latina manterem-se neutros ao conflito.

Logo, o principal resultado da reunião foi a “Declaração do Panamá”, que definia uma zona de segurança que englobava todo o continente Americano com a qual as nações beligerantes deveriam se comprometer em não assumir um comportamento hostil. Ainda, a Reunião foi responsável pela declaração de neutralidade dos países americanos frente à Segunda Guerra. Por fim, a Reunião tentou conservar o ambiente criado pela Conferência Interamericana, promovendo mais uma vez a cooperação econômica e política entre os países americanos, além de tentar garantir a paz entre os países americanos em época de Guerra.

2.2.5 A Segunda Reunião de Consulta

A Segunda Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores ocorreu em 1940 quando da invasão alemã à França. A reunião foi sediada em Havana, Cuba e teve como dinâmica central a segurança da América Latina frente a

Segunda Guerra Mundial. O “Ato de Havana” condenou a Alemanha e reafirmou a política de neutralidade coletiva dos países da América Latina.

Ainda, essa reunião efetivou a efetivação de políticas

(...) passando das medidas coercitivas e intervencionistas para iniciativas de caráter diplomático e de colaboração econômica e militar. (...) quando se ajustou que antigas formas de dominação deveriam ser mesmo substituídas por formas de reciprocidade. (D'ARAÚJO, 1997, p. 19)

As cláusulas dessa reunião permaneceram inalteradas e respeitadas até o ataque japonês a Pearl Harbour em dezembro de 1941, quando os Estados da América Latina percebem que as estratégias de segurança do hemisfério necessitam de uma melhor avaliação.

3 A TERCEIRA REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Terceira Reunião dos ministros das Relações Exteriores (também conhecido como III Conferência dos Chanceleres Americanos) foi uma iniciativa do Chile pouco tempo após o ataque a Pearl Harbour. O governo chileno

(...) pedia que fossem consultados os demais governos americanos sobre a conveniência de se convocar com toda urgência uma terceira reunião de consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas para considerar a situação criada e adotar as medidas mais adequadas exigidas pela solidariedade dos povos americanos e a defesa do hemisfério. (EM GUARDA, 1941, p. 30)

O Chile enviou o seu pedido à Comissão diretora da União Pan-americana. Logo após o pedido do Chile, os Estados Unidos também adereçaram uma carta reforçando o pedido. A Comissão diretora tinha como função aprovar o pedido e emitir o esboço do programa a ser discutido na reunião. O programa da reunião foi definido pela Comissão em 17 de dezembro de 1941 e contem duas seções.

A seção 1 foi intitulada “A proteção do hemisfério ocidental” em que devem ser discutidos discutidos:

(A) o exame de medidas para restringir atividades estrangeiras carregadas dentro da jurisdição de qualquer república americana que possa prejudicar a paz e a segurança de qualquer república americana; e (B) a consideração de medidas que poderiam ser tomadas pelas repúblicas americanas agora para o desenvolvimento de certos planos e objetivos em comum que poderiam contribuir para a reconstrução da ordem mundial. (FENWICK, 1942, p. 171, tradução nossa)¹⁰

A seção 2 foi denominada “Solidariedade econômica” e leva em questão:

(1) o controle sobre as exportações de matérias-primas estratégicas; (2) a produção crescente de tais materiais; (3) a alocação de importações essenciais para a economia doméstica de cada país; (4) a manutenção de facilidades adequadas de navegação; e (5) o controle de atividades financeiras e comerciais estrangeiras. (FENWICK, 1942, p. 171, tradução nossa)¹¹

¹⁰ (A) the examination of measures to curb alien activities carried on within the jurisdiction of any American Republic that tend to endanger the peace and security of any American Republic that tend to endanger the peace and security of any American Republic; and (B) the consideration of measures which might be undertaken by the American Republics now for the development of certain common objectives and plans which would contribute to the reconstruction of world order.

¹¹ (1) to control over exports of strategic raw materials; (2) the increased production of such materials; (3) the allocation of imports essential to the domestic economy of each country; (4) the maintenance of adequate shipping facilities; and (5) the control of alien financial and commercial activities.

Além da possível cooperação política, militar e econômica a ser discutida na reunião, vale observar os conflitos fronteiriços existentes entre os países da América do Sul que podem minar o estabelecimento da cooperação entre todos os países presentes na conferência. O conflito fronteiriço que está em andamento envolve o Peru e o Equador. Desde 1941 o Peru mantém sobre sua possessão a província equatoriana de *El Oro*. Segundo Fenwick (1942), a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos se ofereceram como mediadores do conflito, mas o Peru ainda não retirou suas tropas do território.

A reunião de consulta foi legitimada pela resolução final da Reunião de Havana. Ficou estabelecido que os Estados podem convocar os demais Estados para uma reunião de consulta acerca de questões que possam ameaçar a segurança do hemisfério. Essa reunião, portanto, tem caráter consultivo e a sua resolução final não tem caráter mandatório.

O objetivo dos Estados Unidos ao corroborar o pedido da reunião de consulta era de chegar a um acordo com as demais repúblicas da América Latina para cortar relações políticas e econômicas com os países do Eixo.

Inicialmente, nove países mais os Estados Unidos já haviam declarado guerra ao Eixo. São eles: Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá. Muitos ainda não haviam declarado sua política e outros ainda permaneciam neutros ao conflito. Portanto, pode-se considerar que as posições de cada país irão fazer a diferença ao longo dos dias de negociação.

4 POSIÇÃO DOS PAÍSES

O presente capítulo visa delinear alguns dos principais pontos da política externa dos países presentes na reunião, bem como caracterizar alguns dos objetivos que esses países tinham na reunião. É importante frisar que este capítulo serve como um primeiro referencial de pesquisa. Uma pesquisa mais completa deve ser feita, tendo em vista o estudo de cada ministro para esta reunião.

4.1 *Argentina*

A Argentina vem sendo acusada pela embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires de proibir expressões públicas de apoio do povo argentino aos Estados Unidos. A Argentina mantém relações diplomáticas, políticas e econômicas com a Alemanha e a Itália, o que preocupa o governo norte-americano.

Acredita-se que a Alemanha tenha grande interesse em manter relações próximas com a Argentina, dada a localização geográfica e a condição sócio-econômica do país que se aproxima da forma de vida européia mais do que qualquer outro país da América Latina.

O governo argentino acredita que não é necessário declarar guerra ao eixo, mas que esta decisão, se tomada, deve ser fruto da vontade de todos os países da América Latina.

4.2 *Bolívia*

A Bolívia tem sido atualmente no período da Segunda Guerra Mundial o grande fornecedor de matérias-primas para os aliados. Dada a sua localização geográfica insulada, a Bolívia não tem conseguido se valer de uma diplomacia em que se pode barganhar com os dois lados beligerantes (HILLMAN, 1990). Tal fato tem gerado contestações por parte dos políticos bolivianos, insatisfeitos com a

situação de serem um país exportador de matéria-prima barata sem tirar proveito da situação. Os principais países destinados a esses produtos são os Estados Unidos e o Reino Unido.

4.3 Brasil

A política externa do governo de Getúlio Vargas iniciada em 1930 repercutiu também a mudança ocorrida no cenário político brasileiro com a “Revolução de 30”. Segundo Moura (1993), a política internacional sofria influência das divergências políticas existentes entre os grupos políticos, bem como em relação aos militares. Os principais assuntos que geravam divergência relacionavam-se ao comércio exterior e aos assuntos financeiros e industriais. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, a diplomacia brasileira tentou também definir qual seria o Estado do sistema internacional que melhor atenderia aos interesses brasileiros, o que levava a um outro debate ideológico.

Referente às relações com os Estados Unidos, o período de Vargas é conhecido como *eqüidistância pragmática*, em que o Brasil tentava se beneficiar e buscar os seus interesses a partir das relações tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha. O apoio aos Estados Unidos não era incondicional: o Brasil tentava se valer dos seus interesses nacionais frente aos interesses dos Estados Unidos para obter vantagens. Um dos principais interesses com os Estados Unidos é o armamento e treinamento militar das tropas brasileiras. Vargas desde 1936 tentou estabelecer acordos militares de armamento com os Estados Unidos, mas os acordos não tem sido efetivados.

Em relação à América Latina, as relações são amistosas e visam a integração regional. O Brasil tentou, segundo D’Araújo (1997), o Brasil assinou tratados de não-agressão, tentou ser o conciliador dos conflitos territoriais existentes na América do Sul e tentou se restabelecer relações diplomáticas amistosas com a Argentina.

A condução da política militar no período Vargas era fortemente influenciada pela dinâmica entre os grupos políticos e os militares. Segundo Moura (1993), uma parte considerável do exército era a favor de uma maior ligação com os países do Eixo, enquanto grande parte dos grupos políticos tinha aspirações de cooperação

com os Estados Unidos. Ainda, Os assuntos militares brasileiros sempre tiveram grande dependência de acordos internacionais. Segundo Moura (1993), as principais questões ligadas ao exterior são: compra de armamento e munição, vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas.

Durante o Estado Novo (1930-1945), as duas principais questões domésticas que pautaram a política eram: “(...) o reequipamento das forças armadas brasileiras e a necessidade de investimento econômico, sobretudo para a construção de uma usina siderúrgica” (MOURA, 1993, p.3).

A eclosão da Segunda Guerra Mundial afetou a política e a economia do Brasil, uma vez que grande parte de suas relações econômicas se davam com a Alemanha. O bloqueio naval imposto pela Inglaterra à Alemanha impossibilitou as trocas comerciais desta com o Brasil. Ainda, muito se divergia a respeito de uma aliança do Brasil com a Alemanha, o que dificultava a formação de uma política externa clara.

Em relação à essa posição política internacional, primeiramente o governo brasileiro permaneceu neutro ao conflito. Essa neutralidade foi benéfica uma vez que, segundo Moura (1993), possibilitou ao Brasil estabelecer melhor suas capacidades militares e levou a uma melhor compreensão de qual lado se alinhar.

Entretanto, o ataque à base norte-americana de Pearl Harbour, no Havaí, em 1941 levou o Brasil a tomar medidas mais firmes com relação ao conflito, principalmente com relação aos Estados Unidos.

4.4 Chile

O ministro das Relações Exteriores chileno, Juan Bautista Rossetti é considerado por muitos como um grande diplomata. Entretanto, Rossetti não faz parte da “elite” chilena, o que muitas vezes indica que ele possui visões contrárias à do governo chileno.

Desde que Rossetti assumiu o cargo em 1941, ele demonstrou seu apoio aos Estados Unidos condenando inúmeras ações alemãs na Europa. Entretanto, o Chile, apesar de suas declarações alinhadas com a visão americana, requisitava um maior

apoio americano, concernente à ajuda econômica e militar para declarar guerra contra o eixo.

Ainda, o Chile mantém forte relação diplomática com a Argentina, o que pode dificultar o apoio incondicional aos Estados Unidos ao longo da reunião. Segundo Francis (1977), o Chile não via motivos de declarar guerra ao Eixo, uma vez que isso representaria a quebra das relações diplomáticas entre o Chile e a Alemanha.

Em suma, a posição do Chile a respeito da cooperação com os Estados Unidos é minada devido a: “(...) o poder militar enfraquecido; o antagonismo da Argentina frente aos Estados Unidos; o fato de o Chile estar em um período eleitoral e o Estado imobilizado da opinião pública chilena a respeito da guerra” (FRANCIS, 1977, p. 92, tradução nossa)¹²

4.5 Colômbia

A Colômbia tem forte relação econômica com a Alemanha. Segundo Langley (1967), desde o final da Primeira Guerra Mundial, existe um forte acordo econômico entre companhias aéreas colombianas e alemãs. Esse acordo visava o desenvolvimento aéreo da Colômbia. Para tanto, muitos dos pilotos alemães eram veteranos da Primeira Guerra. O governo norte-americano não via com bons olhos essa parceria, uma vez que este acreditava que poderia ser uma estratégia alemã para tentar controlar o Canal do Panamá.

4.6 Costa Rica

O governo da Costa Rica tem passado atualmente por reformas sociais desde a eleição do presidente Rafael Guardia em 1940. a depressão de 1929 assolou o país, gerando uma crise social entre a classe trabalhadora. Desde então, o país tem

¹² (...) Chile's military weakness, neighboring Argentina's antagonism toward the United States, the fact that Chile was in the midst of a presidential election, and the unmobilized state of Chilean public opinion in regard to the war.

tentado se desenvolver através do desenvolvimento político e econômico. Logo, a situação mais pacífica que puder ser encontrada representará os interesses da Costa Rica.

4.7 Cuba

A posição cubana é favorável à política de apoio aos Estados Unidos. Cuba declarou guerra ao Eixo no dia 9 de dezembro de 1941. segundo Francis (1974), um representante do governo de Cuba declarou que os Estados Unidos poderiam considerar a política externa de Cuba como uma extensão da política externa dos Estados Unidos.

4.8 El Salvador

El Salvador, assim como outros países da América Central, tem passado por um período de crises políticas e sociais que minam uma melhor atuação do governo. El Salvador está, atualmente, sobre o regime militar de Maximiliano Hernández Martínez, que vem tentando desenvolver a economia do país. El Salvador mantém boas relações diplomáticas com os Estados Unidos, o que pode indicar relações amistosas entre eles na Terceira Reunião.

4.9 Equador

Uma das questões que pautam a agenda dos ministros do Equador envolve o conflito com o Peru. Este mantém a ocupação da província de *El Toro*. Antes da Terceira Reunião, o governo equatoriano declarou que “não pode se juntar a nenhuma ação de defesa continental a menos que as Repúblicas Americanas

estejam dispostas a estabelecer a ordem a sua própria casa fazendo pressão sobre o Peru para efetivar um acordo.” (FENWICK, 1942, p. 191, tradução nossa)¹³

4.10 *Estados Unidos*

Os Estados Unidos têm, na América Latina, um forte aliado para a Segunda Guerra Mundial. Estes países são produtores de matéria-prima, são vizinhos dos Estados Unidos e podem oferecer bases militares estratégicas.

O principal objetivo a ser perseguido na reunião é o apoio dos demais países da América Latina para declarar guerra à Alemanha. Para tanto, os norte-americanos mantêm acordos e tratados bilaterais com inúmeros Estados presentes na Reunião. Entretanto, alguns Estados podem representar intransigências políticas, dada a aproximação com os países do Eixo. Logo, este é mais um objetivo norte-americano na Reunião: diminuir a influência política e econômica dos países do Eixo, principalmente a Alemanha.

Inicialmente, os Estados Unidos tentarão buscar a aliança com a Argentina, o Brasil e o México. A política externa dos EUA para com o Brasil envolve basicamente um interesse estratégico militar, principalmente em relação ao nordeste brasileiro, dado o front de batalha dos Aliados na África. A construção desse acordo por parte dos brasileiros exige o equipamento e o investimento dos Estados Unidos para o exército brasileiro. Logo, tem-se um impasse para a efetivação dessas negociações, uma vez que os Estados Unidos viam o armamento dos países da América Latina: gerar uma possível desestabilidade de liderança na região; uma legislação restritiva quanto ao envio dessas armas e a própria capacidade de produção norte-americana a preços acessíveis aos países da América Latina (RODRIGUES, 2008).

¹³ Ecuador took the position that it could not join in any action for continental defense unless the American Republics were willing to set their own house in order by bringing pressure upon Peru to effect a settlement.

4.11 Guatemala

A Guatemala, juntamente com Cuba e a República Dominicana são estudados como “países caribenhos”. Os países da região do Caribe exercem grande influência na tomada de decisão da política externa norte-americana para a América Latina. A localização geográfica do Caribe é de grande interesse estratégico para os Estados Unidos, dada a proximidade desses países com o canal do Panamá.

A Guatemala e os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas amistosas, com um histórico de intervenção militar dos Estados Unidos com o objetivo de tentar estabelecer o controle político do país.

4.12 Haiti e Honduras

O Haiti declarou sua rejeição aos países do Eixo no dia 8 de dezembro de 1941 quando declarou guerra ao Eixo. Assim como o Haiti e outros países da América Latina, Honduras declarou guerra ao eixo no dia 8 de dezembro de 1941. Ambos os países são favoráveis a uma tomada de decisão que declare guerra ao eixo, mantendo a estabilidade e a segurança hemisférica.

4.13 México

O México representa um grande mercado de investimentos, dada a sua indústria química, as reservas de petróleo e o mercado financeiro. Para tanto, a tanto a Alemanha quanto os Estados Unidos disputavam pela influência do México.

Na década de 30, era notável o número de empresários e indústrias não só alemãs, mas da Itália e do Japão presentes no México. Desde antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ter uma percepção

diferente do vizinho mexicano, avaliando os ganhos que o México poderia representar no lado dos aliados.

O México se aproveita desse contexto para tentar desenvolver sua economia. Uma vez que o México é visto como um aliado importante, esta pode ser uma forte moeda de barganha mexicana. Um rompimento das relações com o Eixo pode representar sérios danos à economia mexicana. Logo, o México pode exigir acordos e restrições que favoreçam a sua posição política e econômica frente à guerra.¹⁴

4.14 *Nicarágua*

A Nicarágua declara guerra ao eixo em 8 de dezembro de 1941. O histórico da relação entre os Estados Unidos e a Nicarágua envolve a intervenção militar dos Estados Unidos de 1927 a 1933. Os Estados Unidos intervieram no país na tentativa de estabelecer a ordem nacional, dada a insurgência de um grupo guerrilheiro que levou a capital a uma guerra de guerrilha e para garantir o bem-estar dos cidadãos norte-americanos que viviam na Nicarágua. Após a década de 30, os Estados Unidos firmaram um acordo com a Nicarágua para retirar as tropas norte-americanas. Segundo Wood (1970), os Estados Unidos assinaram o acordo afirmando o seu compromisso de ter estabelecido a volta da democracia para o Estado.

4.15 *Panamá*

O Panamá declarou guerra ao Eixo no dia 7 de dezembro de 1941, expressando seu apoio aos Estados Unidos. A relação entre os Estados Unidos e o Panamá é forte devido à atuação norte-americana na defesa e desenvolvimento do Canal do Panamá (que liga o oceano Pacífico com o mar do Caribe).

¹⁴ Mais sobre esse assunto pode ser visto em: NIBLO, Stephen R. **Allied Policy toward Axis Interests in Mexico during World War II**. In: *Mexican Studies / Estudios Mexicanos*, Vol. 17, n. 2, verão 2001.

Desde o início do século XX os Estados Unidos intervêm militarmente no país, com o intuito de fornecer suporte tecnológico e de desenvolvimento para o país. Uma revolta nacionalista em 1936 levou ao acordo Hull-Afaro em que tanto o Panamá e os Estados Unidos tomariam ações conjuntas em relação ao canal do Panamá. Esse acordo representou a “política da boa vizinhança” dos Estados Unidos ao garantir a autonomia dos Estados mais fracos (LANGLEY, 1967).

O objetivo norte-americano com relação ao canal do Panamá é estratégico, dada a localização e funcionalidade do canal. Ainda, o governo norte-americano acredita que possa ocorrer uma expansão dos ideais nazi-fascistas nos países vizinhos ao Panamá que levam à desestabilidade norte-americana do controle sobre a região. Logo, desde o início da Segunda Guerra Mundial tem ocorrido fortes acordos e estratégias militares visando a preservação do Canal para o lado dos aliados. Entretanto, a instabilidade política do Panamá tem, muitas vezes, levado a um impasse nas negociações.

4.16 Paraguai

Desde o início da Guerra, o governo alemão parece ter interesse em obter influência econômica e diplomática sob o governo paraguaio de Higinio Moríngio. Nesse sentido, os Estados Unidos oferecem ao Paraguai assistência de todos os tipos para evitar essa influência.

Entretanto, o governo de Moríngio se recusa a se posicionar contra a Alemanha, tendendo, muitas vezes, aos interesses do Eixo. Essa situação só se inverte a partir do ataque japonês à base de Pearl Harbor e da declaração de guerra, por parte dos alemães, aos Estados Unidos, quando os paraguaios são pressionados a cortar relações com os países do Eixo.

4.17 Peru

O Peru, até o início de 1942 tem algumas ressalvas quanto à declaração de guerra aos países do Eixo. O Peru vê na reunião como forma de resolver também problemas internos à América Latina.

4.18 República Dominicana

A República Dominicana tem uma posição política favorável aos Estados Unidos. A oposição ao Eixo foi declarada no dia 8 de dezembro de 1941. Segundo Francis (1974), o ditador Rafael Trujillo é favorável a uma declaração conjunta de guerra. Tal proposição, entretanto, não foi acordada por todos os demais Estados da América Latina.

4.19 Uruguai

O Uruguai tem uma posição mais favorável a um apoio com os Estados Unidos, uma vez que o objetivo do Uruguai é manter a América Latina uma região pacífica. Para tanto, pode ser interessante discutir não somente a relação entre a Europa, mas também chegar a um acordo com relação aos conflitos da América Latina.

4.20 Venezuela

A Venezuela, assim como o México, apresenta grandes reservas petrolíferas, o que insere a Venezuela na mesma dinâmica mexicana: a exploração de suas reservas por indústrias estrangeiras. Entretanto, a influência dos países do Eixo na dinâmica econômica venezuelana é menor, além de esta não ser tão desenvolvida quanto a de seu vizinho, o México.

Em relação às relações entre a Venezuela e os Estados Unidos, o apoio venezuelano aos Estados Unidos é a característica marcante dessa diplomacia nas reuniões pan-americanas.

BIBLIOGRAFIA

BAILEY, Norman. **Latin America in World Politics**. Nova Iorque: Walker and Company, 1967.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Decreto n. 3.744 – de 15 de fevereiro de 1939**. Promulga a Convenção para, coordenar, ampliar e assegurar a execução dos tratados existentes entre os Estados Americanos, firmada em Buenos Aires, a 23 de dezembro de 1936, por ocasião da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/execu%C3%A7%C3%A3o.htm>> Acesso em: 14 junho, 2008.

CERVO, Amado. **Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CORRÊA DA COSTA, Sérgio. Entrevista. 2007. Disponível em: <http://www.record.com.br/entrevista.asp?entrevista=51>. Acesso em: 17 dezembro, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Entre a Europa e os Estados Unidos: diálogos de Vargas com seu diário**. In: *Luso-Brazilian Review*, vol 34, n.1, 1997.

FENWICK, Charles G. **The Third Meeting of Ministers of Foreign Affairs at Rio de Janeiro**. In: *The American Journal of International Law*, vol. 36, n. 2, abril 1942, p. 169-203.

FRANCIS, J. Michael. **The United States at Rio, 1942: The Strains of Pan-Americanism**. In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 6, n. 1, maio 1974.

FRANCIS, J. Michael. **The United States and Chile during the Second World War: The diplomacy of misunderstanding**. In: *Journal of Latin America Studies*, vol. 9, n. 1, maio 1977.

HILLMAN, John. **Bolivia and British Tin Policy, 1939-1945**. In: *Journal of Latin American Studies*, vol. 22, n. 2, maio 1990.

HUGHES, Matthew. **Logistics and the Chaco War: Bolivia versus Paraguai, 1932-1935**. In: *The Journal of Military History*, vol. 69, n. 2, abril 2005.

LANGLEY, Lester. **The World Crisis and the Good Neighbor Policy in Panama, 1936-41**. In: *The Americas*, vol. 24, n. 2, outubro 1967.

MOURA, Gerson. **Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42.** 1993. disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/122.pdf>>,. Acesso em: 11 junho, 2008.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Ata Final da Reunião de Consulta entre os Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas em conformidade com os Acordos de Buenos Aires e Lima, 23 de setembro a 3 de outubro de 1939.** Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%201.pdf>> Acesso em: 14 junho, 2008.

REVISTA EM GUARDA. **As Américas em Conferência.** In: *Revista Em Guarda*, Ano 1, n. 5, 1941.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Da Chegada Da Missão Militar No Brasil Em 1936 À Dominação Total Da Influência Doutrinária Do Exército Do Tio Sam No Exército Do Zé Carioca.** Disponível em: <[http://www.unig.br/fael/nep/ARTIGO FERNANDO - CORRIGIDO.pfd](http://www.unig.br/fael/nep/ARTIGO_FERNANDO - CORRIGIDO.pfd)>. Acesso em: 10 junho, 2008.

ROWE, L. S. **The mission of the Americas in World Affairs.** In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, vol, 222, n. 74, 1942.

THOMSON, David. **Pequena História do Mundo Contemporâneo: 1914- 1961.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

VIGEVANI, Tullo. **A Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Moderna, 1991.

WOOD, Bryce. **How wars end in Latin America.** In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 392, novembro 1970.